

1) João é formado em administração de empresas e foi contratado como Diretor na empresa Chocolate Doce Ltda., com salário estipulado de três tetos da previdência. No contrato, foi estipulado que haveria banco de horas anual e que haveria compensação de jornada semanal independentemente de autorização da autoridade em saúde e segurança do trabalho. Dispensado, procurou você para buscar a invalidade dessas cláusulas do contrato individual. Como advogado, qual a orientação daria a João, com base nas CLT:

- a) Em face do princípio da irrenunciabilidade dos Direitos Trabalhistas, João obterá a invalidade
- b) Somente o banco de horas é válido, sendo necessária a autorização do órgão competente para a compensação da jornada insalubre
- c) Somente a compensação é válida, tendo em vista que o banco de horas tem prazo máximo de 6 meses
- d) As cláusulas são válidas, tendo em vista que é autorizado ao trabalhador com diploma de ensino superior e salário acima de dois tetos da previdência negociar referidos temas.

2) Pedro foi contratado pela empresa Chocolate Amargo Ltda. em 05 de fevereiro de 2016, sendo dispensado em 05 de julho de 2018. Em 05 de agosto de 2020, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando horas extras e verbas rescisórias.

Tendo por base a legislação vigente, assinale a alternativa correta:

- a) A ação está fulminada pela prescrição bienal
- b) Ocorreu a decadência do Direito de pleitear as horas extras
- c) Considerando que está dentro do prazo de cinco anos, a ação não está prescrita
- d) Não ocorreu a prescrição, devendo a demanda tramitar normalmente.

3) A empresa Mesa Marrom Ltda. procurou você com citação de reclamação trabalhista movida por Mário, pleiteando horas extras. Mário trabalhou na cidade de Caxias do Sul (RS) e ajuizou a demanda em Florianópolis (SC), sob o fundamento de que está domiciliado naquela cidade.

Considerando a legislação em vigor, assinale a alternativa correta:

- a) Na audiência inicial, deve ser arguida exceção de incompetência em razão do lugar, em peça apartada
- b) Na contestação, deverá ser arguida preliminar de incompetência em razão do lugar
- c) Deverá ser apresentada exceção de incompetência em razão do lugar no prazo de cinco dias a contar do recebimento da citação
- d) A competência é sempre do domicílio do reclamante, nada podendo ser arguido

GABARITO

1	2	3
D	D	C

